PASTORAL DA
TERRA

Comissão Pastoral da Terra Janeiro a Março de 2017 Ano 42 – Nº 227

Foto: Polo Sindical Borborema

Primavera feminista no agreste da Paraíba

Págs.: 8 e 9

Os três poderes e o capital de mãos dadas contra os povos do campo

Pág.: 11

Foto: Cristiane Passos - CPT Nacional

EDITORIAL

Apesar de tudo acreditamos num amanhã melhor

2017 começou caótico e imprevisível. Foram rebeliões e chacinas em Penitenciárias do Amazonas, Roraima e Rio Grande do Norte. A paralização da polícia no Espírito Santo semeou o terror e a morte pelo estado.

E o ano começou sob novas regras no campo. No apagar das luzes de 2016, o governo Temer editou a Medida Provisória (MP) 759, que deu aos ruralistas um grande presente. Possibilita o pagamento em dinheiro de terras desapropriadas para reforma agrária. A legislação determinava o pagamento em títulos da dívida agrária. A Medida retira a potencialidade de ação dos movimentos do campo, passando ao município a identificação e escolha das famílias a serem beneficiárias de programas de Reforma Agrária. Favorece ainda os que grilaram e pilharam o patrimônio público na Amazônia, permitindo-lhes sua regularização.

A MP foi acompanhada de nomeações polêmicas. Para a Diretoria de Obtenção de Terras e de Implantação de Projetos de Assentamento do Incra foi nomeado um político envolvido em escândalos de grilagem de terra. A Presidência e a Diretoria de Promoção do Desenvolvimento Sustentável da Funai foram entregues ao PSC, partido de perfil abertamente anti-indígena.

O ministro da Justiça, Alexandre Morais, baixou a portaria 68, logo substituída pela de nº 80, mudando os procedimentos para reconhecimento das terras indígenas, criando um Grupo de Trabalho para avaliar os processos de demarcação destas terras. Uma ação técnica é transformada em política. Objetivo: barrar o reconhecimento de territórios indígenas.

E no meio de toda essa balbúrdia, num acidente aéreo, morre Teori Zavascki, ministro do STF, responsável pelos julgamentos dos crimes da Lava Jato. Temer não titubeou em nomear para seu lugar, seu próprio ministro da Justiça, Alexandre Morais, envolto em pendengas nada republicanas nos poucos meses em que atuou como ministro da Justiça, e em outras tantas como Secretário de Segurança Pública do Estado São Paulo. Seu "notório saber jurídico" começou a ser colocado em xeque ao se descobrir plágio em uma de suas obras.

Mas não se fica só nisso. Moreira Franco, denunciado em delações da Lava Jato, foi guindado à condição de Ministro da Secretaria Geral da Presidência. Com isto passa a gozar de foro privilegiado.

É neste caldo que a primeira edição do Pastoral da Terra de 2017 está sendo fechada.

Mas de outro lado surgem manifestações que indicam que a cidadania está viva.

As mulheres da Paraíba demonstram que está em curso **"O florescer de uma primavera feminista".** A agroecologia se torna sua arma mais poderosa, não só para se inserirem no processo produtivo, mas para combaterem de forma eficaz o machismo que teima em se manter.

A Campanha da Fraternidade, em sintonia com a Laudato Si do papa Francisco, nos leva para dentro de nossos biomas com as populações que deles dependem. Jovens do bioma Pampa se aprofundam no conhecimento da agroecologia para permanecerem com dignidade na roça.

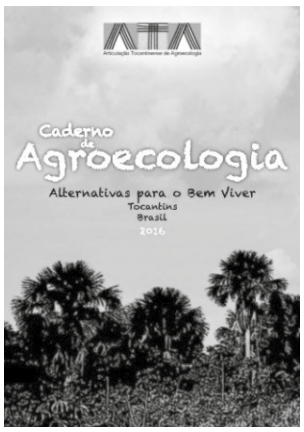
A Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA condenou o Brasil por não coibir com eficiência a prática de trabalho escravo. Sentença relacionada a casos de exploração de trabalho escravo na Fazenda Brasil Verde, no Pará. Fazenda que foi flagrada 11 vezes na mesma prática.

E até o carnaval se soma às denúncias de violações de direitos dos povos do campo e das florestas. A escola de samba Imperatriz Leopoldinense vai desfilar o samba-enredo **Xingu, o clamor que vem da Floresta.** Por mostrar como as comunidades indígenas estão sendo ameaçadas pelo agronegócio, sobretudo pelo uso de agrotóxicos, ruralistas e suas entidades representativas, acolitados por grandes veículos de comunicação a eles subservientes, se levantaram em ataques contra a escola, tentando denegrir sua imagem. A escola já pode considerar-se de antemão vencedora por trazer ao conhecimento público uma realidade ainda pouco conhecida dos cidadãos urbanos.

Por isso, continuamos a acreditar que amanhã será melhor!

PUBLICAÇÕES

Caderno de Agroecologia é lançado durante 2º Encontro da ATA, no Tocantins



A Comunidade Quilombola Malhadinha, localizada no município de Brejinho de Nazaré, a cerca de 95 quilômetros de Palmas (TO), recebeu, no dia 03 de dezembro do ano passado, o II Encontro Tocantinense de Agroecologia. Durante a noite cultural, ocorreu o lançamento do primeiro Caderno de Agroecologia, que é uma iniciativa da Articulação Tocantinense de Agroecologia (ATA). A publicação tem como objetivo contribuir para a divulgação das experiências construídas em diferentes contextos para que possam inspirar outros atores, a partir das lições e aprendizados gerados, assim como contribuir para o fortalecimento da identidade coletiva das articulações e mobilização social para a promoção da agroecologia no Tocantins e outras regiões. Neste Caderno há diversos artigos de representantes de organizações sociais que estão no dia a dia envolvidas na execução de inovações agroecológicas, sistematizadas por um conjunto de autores ligados a estas entidades.

De François, por Francisco, a Chico Meus trinta anos a serviço das Comunidades de Base no Brasil Amazônico

"Este livro emociona"! É assim que conclui sua apresentação do livro, Wagner Gonçalves, procurador da República. Padre François Glory é um daqueles missionários franceses que deixou o Laos e veio ao Brasil. Aqui se inseriu profundamente na vida do povo, comunicando-se maravilhosamente com homens, mulheres e crianças de todas as idades. Que sabia cantar e contar estórias. Neste livro de 477 páginas, de uma forma simples, clara e atraente conta o que viveu na sua estada no Brasil. Em Porto Nacional, no Tocantins, e no Pará, sobretudo em Uruará. Os atoleiros que conseguiu transpor, outros não. Os conflitos enfrentados por sua opção clara ao lado dos pobres. François teve atuação importante na CPT. Foi coordenador da CPT Pará, foi também coordenador da Grande Região Norte da CPT. Foi membro do Conselho Diretor, função hoje desempenhada pela Coordenação Executiva Nacional. O livro será lançado em março nas seguintes cidades e datas: 02 em Brasília; 03 em Goiânia; 07 em São Luís (MA); 10 em Belém (PA) e 12 em Altamira (PA). Em julho ele voltará ao Brasil para algumas atividades no estado do Tocantins.

PASTORAL DA TERRA

É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).
Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás – **CEP.:** 74030-090.
Fone: (62) 4008-6466 – **Fax:** (62) 4008-6405.
www.cptnacional.org.br / comunicacao@cptnacional.org.br

Presidente
Dom Enemésio Lazzaris

Vice-presidente
Dom André de Witte

Coordenadores Nacionais
Paulo César Moreira
Jeane Bellini
Thiago Valentim
Ruben Siqueira

Redação
Cristiane Passos
Antônio Canuto
Elvis Marques
João Damásio
Rede de comunicadores da CPT

Jornalista responsável
Cristiane Passos (Reg. Prof. 002005/GO)

Impressão
LSV Produção Gráfica Ltda.

Diagramação
Vivaldo Silva Souza

APOIO
Brot für die Welt
Canadian Catholic Organization for Development and Peace
CCFD
MISEREOR IHR HILFSWERK

ASSINATURAS

Anual R$ 10,00.

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1.

Informações cpt@cptnacional.org.br

Fique Informado

CPT realiza primeiro módulo da Escola Camponesa no Ceará

A CPT, em parceria com a Vale Assessoria e a Cáritas Diocesana de Limoeiro, realizou nos dias 27, 28 e 29 de janeiro, na Área de Proteção Ambiental dos Currais, o 1º módulo da Escola Camponesa, um curso de formação para jovens camponeses. Participaram 20 jovens dos municípios de Tabuleiro do Norte, São João do Jaguaribe e Potiretama.

Para Thiago Valentim, membro da coordenação nacional da CPT e responsável por essa formação, a Escola é um espaço que possibilita "camponeses e camponesas, especialmente a juventude, trocar experiências, adquirir conhecimentos, mudar a prática em vista da transformação das realidades de morte e destruição em realidades de vida com dignidade".

A realização da Escola Camponesa está inserida dentro do processo de implementação da Escola Família Agrícola Jaguaribana Zé Maria do Tomé (EFA Jaguaribana), que iniciará suas atividades em 2018, na localidade de Currais de Cima, em Tabuleiro do Norte.

Acusados de mortes de sem terra em Rondônia serão levados a júri popular

Os acusados pelas mortes dos jovens sem terra Alysson Henrique Lopes, 23, e Ruan Lucas Hildebrandt, 18, vão a julgamento popular na comarca de Ariquemes, porém a data ainda não foi divulgada. O crime aconteceu em janeiro de 2016 nas proximidades das Fazendas Tucumã e Santa Maria, no município de Cujubim (RO), local onde várias famílias estavam acampadas.

Conforme o Tribunal de Justiça de Rondônia, Sérgio Sussumu Suganuma e Paulo Iwakami (o japonês) serão julgados pelos homicídios dos jovens. Já Rivaldo de Souza, Moisés Ferreira de Souza (Sargento Moisés) e Jonas Augusto dos Santos Silva serão julgados pelos dois homicídios e por tentativa de homicídio contra outros três sem terra.

Quebradeiras de Coco lançam Mapa da Região Ecológica dos Babaçuais

Foto: CPT Piauí

Lançado no dia 26 de janeiro no Palácio de Karnak, sede do governo do Piauí, o Mapa da Região Ecológica dos Babaçuais foi construído através de parceria entre a Cartografia Social da Amazônia e o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). O trabalho foi realizado nos estados do Piauí, Maranhão, Bahia e Tocantins.

Um estudo, que posteriormente deu origem ao mapa, constatou que a área dos babaçuais no Piauí aumentou de 18 para 25 milhões de hectares. "O mapa é muito importante para as quebradeiras de coco, para o conhecimento de onde está o babaçu, que é matéria prima do nosso trabalho", destacou Antônia Macilene, da Comunidade Retrato, no município de Miguel Alves.

O MIQCB entregou o Mapa e carta com reivindicações das trabalhadoras – como a regularização das terras do Babaçu no estado – ao governador Wellington Dias (PT).

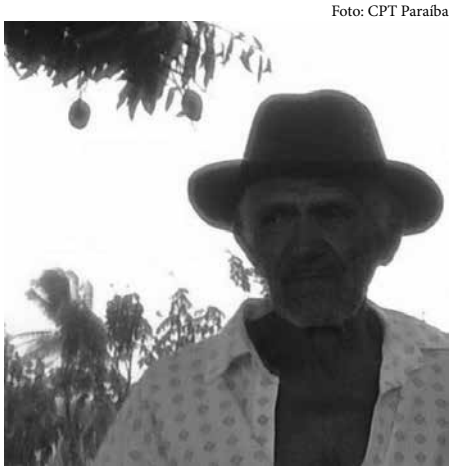
MST manifesta repúdio ao julgamento do pedido de habeas corpus de Luiz Borges

No dia 24 de janeiro, o Tribunal de Justiça de Goiás negou, por quatro votos contrários e um a favor, o habeas corpus que pedia a revogação da prisão preventiva de Luiz Batista Borges, preso da Reforma Agrária. Ele está na Casa de Prisão Provisória de Rio Verde (GO) desde 14 de abril de 2016.

"Na casa onde devia pairar a Justiça, vimos que a injustiça está elevada no último nível. Mesmo ficando evidenciada pelos depoimentos tanto da acusação quanto da defesa de que não é uma pessoa que oferece perigo, e ainda com várias falhas contidas no andamento do processo expedido pelo juiz da comarca de Santa Helena de Goiás, Thiago Brandão Boghi", destaca trecho de Nota divulgada pelo MST.

Criminalização da luta pela terra faz oito presos na Paraíba

Foto: CPT Paraíba



Oito posseiros da fazenda Pau-a-pique, localizada em São José dos Ramos (PB), foram libertados da prisão no dia 02 de fevereiro. Eles estavam presos desde o dia 25 de janeiro na Cadeia Pública de Pilar, acusados de invadir as terras da fazenda e de provocar prejuízos ao proprietário, o desembargador Paulo Maia. Cerca de 80 famílias vivem há mais de 60 anos na área.

Em Nota de Solidariedade, a CPT na Paraíba, que acompanha as famílias, destacou que o imóvel em questão possui 850 ha e foi subdividido em razão de herança. Uma das áreas foi adquirida pelo magistrado. "Ele e outras pessoas que adquiriram as demais áreas aos poucos foram fechando o cerco sobre os posseiros, ilhando-os com o plantio de cana-de-açúcar e a criação de gado", explica a Nota.

Em 2015 foi solicitada a vistoria da propriedade ao INCRA, que já realizou o cadastro das famílias e iniciou as buscas cartoriais, tendo constatado que os registros da propriedade estão confusos. "A gente vai sair e vai trabalhar na terra, agora é que ninguém para", disse, dias antes de ser libertado, José Zacarias, 76 anos (foto).

CPT recebe Prêmio Dom Oscar Romero da Universidade de Dayton

A Cerimônia de premiação e Simpósio dos Direitos Humanos do Bem-aventurado Dom Oscar Romero é um típico evento do Centro de Direitos Humanos da Universidade de Dayton, localizada em Ohio, nos Estados Unidos. O evento esse ano acontecerá no dia 28 de março.

O Centro concederá o prêmio à Comissão Pastoral da Terra (CPT) "em reconhecimento às décadas de solidariedade com os pobres, sem terra e trabalhadores submetidos a trabalho forçado". Participarão da cerimônia o presidente da CPT e bispo de Balsas (MA) dom Enemésio Lazzaris, e o coordenador da Campanha da CPT de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo, frei Xavier Plassat.

O Simpósio, segundo os organizadores, tem como foco o dever daqueles "a quem muito se deu" de se confrontar com as lutas dos pobres no Brasil, na Amazônia, na América Central, no México e nos EUA.

REFORMA AGRÁRIA

Balanço da Reforma Agrária no ano de 2016

A Comissão Pastoral da Terra - Regional Nordeste II divulgou em janeiro um balanço e avaliação da Reforma Agrária no ano de 2016 do qual destacamos

O contexto político institucional vivido no Brasil com o Golpe que levou Michel Temer ao poder arremessou o país para tempos temerosos e de caos. Forças reacionárias, hostis a tudo o que cheire aos direitos e aspirações do povo, consolidaram-se, dando início a um ciclo que exigirá de nós muita resistência, luta, teimosia e clareza no caminho a seguir.

Conflitos no Campo

Em 2016, os índices de violência em conflitos agrários atingiram os piores níveis dos últimos anos. De acordo com os dados parciais da CPT, no ano que se encerrou, o latifúndio e as empresas capitalistas encharcaram a terra com o sangue de 61 pessoas, brutalmente assassinadas por lutarem por direitos, pela Reforma Agrária e por seus territórios tradicionais. O número foi o maior desde 2003, quando 71 pessoas foram assassinadas em conflitos no campo. O Estado de Rondônia ocupa o topo dessa soturna lista, seguido do Maranhão e do Pará.

Um dos casos que mais chocou o País foi o assassinato da integrante do Movimento dos Atingidos/as por Barragens (MAB), Nilce de Souza Magalhães, em Porto Velho/RO, ocorrido em janeiro de 2016. Nilce era conhecida por sua militância e luta contra as violações de direitos atribuídas ao consórcio responsável pela construção da usina hidrelétrica de Jirau. A militante desapareceu no dia 7 de janeiro, mas o seu corpo foi encontrado somente em junho, amarrado a pedras, nas profundezas do lago de Jirau.

Além dos assassinatos ocorridos em decorrência dos conflitos por terra e território, outros tipos de violências no campo, contra a posse da terra e contra a pessoa, ocorreram, como as ameaças de morte, perseguições, intimidações e destruição de lavouras e casas. A Região Norte foi, sem dúvida, a que mais registrou ocorrências de conflitos agrários no Brasil, seguida da Região Nordeste, do Centro-Oeste, do Sudeste e, por último, da Região Sul, de acordo com os dados parciais da CPT.

Foto: Geuza Morgado - CPT Pará

Reforma Agrária

No ano de 2016 foi promovida uma devastação generalizada e sistemática do conjunto das políticas destinadas às comunidades camponesas e aos trabalhadores/as rurais. A crônica paralisação das ações da Reforma Agrária e a redução severa dos recursos destinados ao Incra já eram velhas conhecidas dos povos do campo. No entanto, a conjuntura política do país e as medidas reacionárias postas em prática em 2016 impulsionaram o contexto de violência vivido pelas comunidades camponesas no Brasil.

Em abril de 2016, o Programa de Reforma Agrária foi suspenso, em virtude do Acórdão nº 755/2016, do Tribunal de Contas da União (TCU), sendo parcialmente liberado apenas em setembro último. A medida paralisou a criação de novos assentamentos, novas concessões de benefícios, de assistência técnica e de créditos, impactando e deixando desamparados milhares de trabalhadores/as rurais assentados/as e sem-terras que nada tinham a ver com as irregularidades que foram alegadas para motivar a suspensão do Programa.

Aliado a esse cenário de violência física e institucional, as comunidades camponesas foram um dos principais alvos do Poder Legislativo, com a sua atual composição caracterizada como a mais reacionária e mais corrompida da história brasileira. 2016 também foi o ano em que diversas pautas propostas pela bancada ruralista contra o povo do campo ganharam destaque e prioridade no Congresso Nacional. Uma delas é o projeto de lei que flexibiliza a aquisição de terra por estrangeiros.

Estiagem

- Os Estados do Nordeste sofreram, pelo sexto ano consecutivo, uma das piores secas de sua história. Considerada a mais severa em pelo menos 100 anos, a estiagem no Nordeste não está afetando somente o Sertão. Os municípios localizados no Agreste, e até mesmo na Zona da Mata, passaram a sofrer fortes e prolongadas estiagens, o que aumentou radicalmente o número de famílias sacrificadas pela seca. No entanto, o problema vem sendo enfrentado de modo absurdo e insensível por Michel Temer. O governo golpista vem atuando no sentido contrário ao dos programas de convivência com o Semiárido. Em contrapartida, injeta recursos no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DENOCS), que se encontra atualmente sob o comando do PMDB.

Pode o Brasil permanecer referência de combate ao trabalho escravo?

- Na temática do Trabalho Escravo, o ano de 2016 teve como grande destaque o comparecimento do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA e a sua inédita condenação, sob a acusação de omissão e negligência no combate ao trabalho escravo. Publicada em 15 de dezembro de 2016, a sentença encerra o Caso Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde contra Estado Brasileiro, que havia sido protocolado em 1998 pela CPT e pelo CEJIL, com base em 12 ocorrências de trabalho escravo no decorrer de 10 anos, envolvendo mais de 300 trabalhadores do Piauí aliciados para aquela fazenda do sul do Pará. Trata-se de uma sentença histórica por ser a primeira vez que a Corte Interamericana julgou um caso de trabalho escravo nas Américas, e assim teve a oportunidade de definir com clareza o que é escravidão contemporânea e quais são as obrigações do Estado para acabar com ela.

Caminhos de Resistências e Utopias

- Alguns sinais de resistência, de utopia viva e de construção de alternativas puderam ser vistos no ano de 2016. De fato, frente à supremacia violenta do capital e do Governo, a população brasileira, de modo geral, e em particular os povos do campo, das águas e das florestas, assumiram a tarefa histórica de não se calar diante dos retrocessos e das perdas de direitos. Mesmo diante de todas as dificuldades, inclusive com ações violentas por parte do aparato policial e do poder privado, os camponeses e camponesas seguiram em luta, seja contra o golpe que levou Michel Temer ao poder, seja em defesa da Reforma Agrária e dos territórios tradicionais.

ARTIGO

“O Belo Monstro rouba a terra de seus filhos, destroi a mata e seca os rios”

GILBERTO VIEIRA DOS SANTOS*

Foto: CIMI

O título deste artigo é uma das denúncias apresentadas pelo samba-enredo *“Xingu, o clamor que vem da Floresta”,* da escola de samba carioca Imperatriz Leopoldinense para o carnaval 2017, que visto fora de seu contexto, nada assustaria a qualquer amante do carnaval ou admiradores de sambas-enredo.

Diferentemente de outros, contudo, este samba vem recebendo dos setores vinculados ao agronegócio duras críticas que vão do desrespeito, ao racismo contra os compositores do samba e diretores da Imperatriz.

O que feriu o brio dos ruralistas?

Junto com o samba, que é uma ode aos povos indígenas e sua importante ação para a preservação da natureza, uma das alas trará para a Marquês de Sapucaí a denúncia sobre o uso de agrotóxicos, aqueles mesmos que vêm envenenando solos, água e pessoas que trabalham diretamente ou vivem nas proximidades dos latifúndios produtores de soja, milho e outras *commodities*. Esta ala terá o realista nome: “fazendeiros e seus agrotóxicos”. Os defensores deste setor, que tem em sua base o uso indiscriminado de venenos e sementes transgênicas, não admitem que a verdade seja revelada em plena avenida do samba.

Esta verdade, como vem demonstrando há alguns anos a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida e as pesquisas realizadas pela Fiocruz, é de que o Brasil ocupa o topo do ranking como o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. Esta é a real cara feia do agronegócio, que através de várias campanhas em canais de TV, jornais e revistas, o “agro” vem buscando disfarçar, pintando o falso quadro de produtores de alimentos, mantenedores da economia, geradores de empregos, e do desenvolvimento do país.

Mesmo que a própria escola de samba tenha esclarecido que o “belo monstro” no samba não seja uma referência ao agronegócio, mas à barragem de Belo Monte, que fere mortalmente o Rio Xingu e os povos daquela região, sabemos que sim, o agronegócio é, embora não tenha nada de belo, um monstro que rouba as terras dos povos indígenas e das comunidades tradicionais e o faz por diversos meios.

No Congresso Nacional a bancada ruralista é a principal frente que vem elaborando propostas que afetam direitos fundamentais da população brasileira, sobretudo os direitos territoriais dos povos indígenas, comunidades tradicionais e outras populações do campo, além dos direitos ambientais e das gerações futuras.

Dentre as iniciativas parlamentares que colocam em risco os direitos de indígenas, quilombolas e limitam a criação de Unidades de Conservação (UC), está a PEC 215, arquivada no final da legislatura passada (2014), graças à mobilização dos povos indígenas e seus aliados, mas desarquivada logo no início de 2015. Esta PEC transfere para o Legislativo a responsabilidade de demarcar as Terras Indígenas (T.I), titular as terras dos quilombolas e criar UCs, usurpando uma prerrogativa constitucional do Poder Executivo.

Além disso, passa a prever indenização dos proprietários de terras nas áreas demarcadas em todos os casos. Atualmente, há apenas a indenização das benfeitorias realizadas a partir da ocupação de boa-fé, mas o pagamento pela terra não está previsto em lei. A outra questão, extremamente grave, que é a fixação do dia 5 de outubro de 1988, data em que a Constituição foi promulgada, como ‘Marco Temporal’ para definir o que são as terras permanentemente ocupadas por indígenas e quilombolas. Isso significa que os povos indígenas não terão direito à terra se não estavam sobre ela na data da promulgação da Constituição. Dessa forma, a PEC 215 não leva em conta grupos indígenas que foram expulsos de suas terras tradicionais e que, devido a conflitos fundiários ou por ações do governo, não conseguiram voltar a ocupar estas áreas.

Esta mesma frente do agronegócio, em articulação com o governo golpista de Michel Temer, vem também pelo viés do Poder Executivo atuando no sentido de retroceder em direitos dos povos, principalmente mudando os procedimentos para a demarcação das T.I, como fez através da publicação das Portarias 68/2017 e 80/2017, ambas do Ministério da Justiça. Alterando o Decreto 1.775/1996, estas portarias intencionam interpor um grupo de trabalho que, na prática, possibilitará que processos de demarcação tornem-se ainda mais morosos ou não sejam efetivados.

Somado a isso, lideranças e comunidades indígenas que resistem e lutam pela defesa de seus territórios ou fazem a sua retomada, são vítimas de ameaças, perseguições, prisões arbitrárias e assassinatos, por parte inclusive de agentes públicos a serviço do agronegócio e por invasores das Terras Indígenas... **“minha cor é vermelha de dor”,** diz o samba.

Não se pode deixar de destacar aqui uma gama de casos que vem sendo registrados pela CPT através da publicação *Conflitos no Campo Brasil* e pelo Cimi, através do *Relatório Violência contra os Povos Indígenas do Brasil.* Nestes levantamentos, de maneira assustadora, vemos a cada ano as violências se abaterem sobre os povos, com destaque para o Mato Grosso do Sul, mormente sobre os Guarani Kaiowá e Terena.

Não obstante tudo isso, os povos indígenas já deram provas suficientes de que não cederão a estas ofensivas promovidas pelos representantes do poder político e econômico. Por isso mantenhamos a solidariedade a estes povos e o compromisso com estes que nos antecederam neste continente... **“sou guerreiro imortal derradeiro,**
deste chão o senhor verdadeiro,
semente, eu sou a primeira
da pura alma brasileira...”.

Tarefa para todos e todas nós, a busca de revelar a verdadeira face e combater o feio monstro do agronegócio, os “fazendeiros, seus agrotóxicos” e seus crimes.

*Secretariado Nacional do Conselho Indigenista Missionário (Cimi)

TRABALHO ESCRAVO

Brasil é condenado na OEA por trabalho escravo e tráfico de pessoas

Condenação serve de alerta para o país, que enfrenta graves retrocessos na luta pela prevenção e o combate ao trabalho escravo

JOÃO DAMÁSIO*

Foto: Carmelo Fioraso

O Brasil é o primeiro país condenado por escravidão contemporânea na Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA). Emitida e publicada em 15 de dezembro de 2016, a sentença responsabiliza o Estado brasileiro por violar o direito de 85 trabalhadores resgatados no ano de 2000 e outros 43 no ano de 1997, na Fazenda Brasil Verde, no sul do Pará, de não serem submetidos à escravidão e ao tráfico de pessoas.

Os casos de escravidão na Fazenda Brasil Verde remontam à década de 1990, quando dezenas de trabalhadores foram atraídos para a região. Em 1998, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Centro pela Justiça e o Direito Internacional (Cejil) apresentaram o primeiro caso à CIDH. Depois de anos sem acordo, chegou à Corte a denúncia de que o Estado não reagiu aos casos de exploração de trabalhadores na fazenda entre 1988 e 2000, resultando na recente condenação. O caso foi pauta de uma audiência nos dias 18 e 19 de fevereiro de 2016, evidenciando os elementos desta triste realidade: o trabalho forçado, a baixa ou inexistente remuneração e as condições degradantes de moradia e alimentação.

A condenação prevê que o Estado retome as investigações sobre o caso com medidas que impeçam a prescrição ao delito de escravidão e que indenize suas 128 vítimas com valores entre US$ 30 mil e US$ 40 mil (entre R$ 95 mil e R$ 125 mil) para cada um. "Ainda ficaram fora da conta em torno de 200 outros trabalhadores que também sofreram escravidão na fazenda Brasil Verde, mas, por ter acontecido antes do Brasil admitir a competência penal da Corte, ficaram fora do processo", informa o coordenador da Campanha Nacional de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Frei Xavier Plassat.

Plassat avalia que "essa sentença chegou em boa hora, nesta conjuntura do país em que se multiplicaram as ameaças contra a política de combate ao trabalho escravo, quando vários setores políticos e econômicos que apoiaram o golpe pretendem desconstruir a lista suja, a definição do trabalho escravo, o direito dos trabalhadores e a própria fiscalização".

Ameaças à luta contra o trabalho escravo

Apesar de ser o primeiro país condenado pela Corte, o Brasil ainda é referência internacional no combate ao trabalho escravo segundo declaram a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização das Nações Unidas (ONU). Desde 1995, o país resgatou mais de 50 mil pessoas em situação de trabalho análoga à escravidão. As condições que estruturam esta luta, contudo, sofrem graves ameaças.

O primeiro ponto é o Projeto de Lei do Senado nº 432 de 2013, que pretende desmontar o conceito de trabalho escravo, atualmente baseado em quatro noções básicas: condições degradantes de trabalho, jornada exaustiva, trabalho forçado e servidão por dívida. Com o PLS, restaria apenas a negação da liberdade individual, insuficiente para definir a prática. "Ora o cárcere privado não é forma obrigatória para escravizar. E nunca foi. A miséria, a dívida, a humilhação, a negação da dignidade, o 'tratar pior que animal', são meios universais e atuais de escravizar. Pois escravizar é tratar alguém como coisa, como se fosse a minha propriedade", contesta Plassat.

Outro instrumento ameaçado é a conhecida "Lista Suja" das empresas flagradas neste crime. Renovada semestralmente desde 2003, a lista parou de ser atualizada pelo governo em dezembro de 2014, por decisão do ministro Ricardo Lewandowski (STF), que atendia pedido de grandes construtoras. Em contrapartida, a presidente do STF, Carmem Lúcia, avalizou a Portaria Interministerial MT/MMIRDH nº 4, de 13 de maio de 2016, reobrigando a publicação da Lista. Atualmente, uma liminar da justiça do trabalho prevê multa caso a Lista Suja não seja publicada até o mês de março, mas o Ministério do Trabalho se posicionou criando um Grupo de Trabalho para revisar o modelo de produção e divulgação do Cadastro de Empregadores até julho de 2017.

A ampliação da lei de terceirização e a reforma da legislação trabalhista também indicam que "o governo tem deixado evidente que não pretende dar continuidade à política de Estado iniciada há 21 anos, logo após a consolidação do regime democrático", conclui o coordenador nacional de Erradicação do Trabalho Escravo do Ministério Público do Trabalho, Tiago Muniz Cavalcanti, em artigo publicado na Folha de São Paulo no Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo (28/01/2017).

Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo

Não houve muito que comemorar, mas sim inúmeros motivos para reforçar a luta na Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, que reuniu ações das Comissões Nacional e Estaduais para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae e Coetrae's), integradas pela CPT. Para Plassat, este "é intrinsecamente um trabalho da CPT, pois tem a ver com todas as lutas que mobilizam os povos da terra".

De 24 a 28 de janeiro de 2017, foram realizadas mesas de debate em espaços públicos e universidade, blitz educativa, panfletagem, palestras e teatro nas escolas em diversos estados brasileiros, como Amazonas, Maranhão, Tocantins, Rio Grande do Sul, São Paulo e no Distrito Federal.

Plassat conta que houve uma excelente recepção da sociedade neste ano e que "o foco foi na defesa intransigente dos instrumentos fundamentais deste combate que estão sob o tiro cruzado de setores do congresso, do empresariado e do governo: a lista suja dos empregadores flagrados praticando esse crime, a definição legal do trabalho escravo, a defesa dos direitos dos trabalhadores ameaçados pela lei de terceirização e a reforma da CLT".

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT

CERRADO

Nascidos e criados em Ponta do Mangue

No finalzinho do ano passado, dia 16 de dezembro, um grupo de agentes da CPT que estavam reunidos no município de Barreirinhas (MA) para planejamento da Articulação das CPT's do Cerrado visitou a comunidade Ponta do Mangue

ELVIS MARQUES*

Era uma manhã de dezembro quando saímos de Barreirinhas rumo à casa de dona Maria do Celso, 66 anos, na comunidade Ponta do Mangue, localizada no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM). Foram cerca de duas horas até chegarmos ao nosso destino. Ao longo do percurso, paisagens indescritíveis. Ali, o único barulho é o do vento batendo nas árvores. Sol forte, e montanhas branquinhas de areia – quase que infinitas. O contraste de cores surge com a restinga e os mangues, típicos na região.

Em uma casinha com tijolos à mostra, dona Maria já nos esperava acompanhada de um de seus filhos e de duas netas – todos estavam ali apenas por alguns dias. "O povo chega aqui e diz 'vocês moram num paraíso'. E realmente, do jeito que está o mundo. A gente vê tanta coisa ruim por aí quando viaja", afirma dona Maria, que mora neste lugar desde 1969.

Liderança da comunidade formada por 46 famílias, Maria do Celso, como é conhecida, carrega o nome de seu companheiro, morto há pouco mais de um ano. Ao chegar à sua casa, ela logo nos convida para a cozinha. Ali, já havia um café passado na hora e beiju que acabara de ser preparado no fogão a lenha. Foi neste espaço que dona Maria começou a nos contar um pouco de sua história, que, claro, se mistura com a da comunidade. "Não tinha nada disso aqui. Era só mato", relembra. "Ponta do Mangue é centenária", acrescenta.

Destacada liderança, Maria atua hoje no Conselho Fiscal do Sindicato dos Trabalhadores de Barreirinhas, mas já integrou a Associação de Moradores e a Colônia de Pescadores. Sempre viajou para participar de encontros de formação. "Meu marido entendia. Mas se preocupava mesmo com minha saúde", conta ela.

Conflitos

A Unidade de Conservação onde essas famílias moram foi criada em junho de 1981 pela Presidência da República. Possui uma área de 156 584 ha, que abrange parte dos municípios de Barreirinhas, Primeira Cruz e Santo Amaro do Maranhão. Mas o povo de Ponta do Mangue relata que os conflitos se intensificaram mesmo foi a partir da criação do Parque. "Não fomos consultados sobre isso" – é o que afirmam inúmeros moradores. Viver em um paraíso, conforme dona Maria, "tem as bondades, mas também tem o lado ruim".

Com a criação do Parque, as pessoas que ali viviam há anos foram enquadradas nas novas regras do local. "Hoje somos proibidos de tudo. Precisa de licença do ICMBio [que administra o parque] para plantar. Licença para tudo. Estamos dentro do que é nosso, mas não estamos governando", denuncia dona Maria.

Inserida em um território de mangue, restinga e dunas, a comunidade, por muitos anos, plantou de tudo nessa área – mandioca, feijão, milho, manga, caju e por aí vai. Além disso, o povo já sobreviveu da pesca e da criação de animais. Sobreviveu – no passado – porque há tempos que essa realidade mudou.

Foto: Elvis Marques

Foto: Elvis Marques

Pescador experiente, José Carlos, 65 anos, ou simplesmente seu Zé, também é filho de Ponta do Mangue. Conta que hoje não tem peixe como no passado, quando, aos 15 anos, saía na companhia do pai para pescar no mar. "Antes tinha muito peixe porque a pescaria era na linha e no anzol. Depois entraram os arrastões [barco de pesca que opera redes de arrasto] aí diminuíram os peixes", ressalta. "Antes vendíamos os peixes na cidade. Hoje é para a sobrevivência mesmo", conta Maria Dalva, que mora em Ponta do Mangue há 58 anos.

Reivindicações

Se há anos atrás não havia energia elétrica na comunidade que possibilitasse, por exemplo, a refrigeração dos pescados, hoje a realidade não mudou muito. "A gente pesca para nós. O que não comer na hora tem de salgar para não perder", relata Nelven Silva. "Energia e posto de saúde são as maiores faltas aqui", afirma Maria Dalva.

A comunidade afirma que o impasse em relação à energia elétrica se arrasta há anos. Vários órgãos têm adotado, conforme os moradores, posições diferentes em relação a essa demanda – Companhia Energética do Maranhão (CEMAR), ICMBio e Ministério do Meio Ambiente. "No início diziam que não podia ter energia aqui. A gente não sabe em quem acreditar. Mas nunca perdi a esperança", afirma Maria do Celso, que recorda ainda já ter "labutado" muito atrás de "Luz para todos".

O analista ambiental do ICMBio e Chefe do PNLM, Adriano de Souza, enfatizou, por e-mail, que as famílias de Ponta do Mangue "podem continuar a exercer suas atividades tradicionais. Novas construções não são autorizadas. Apenas são consideradas tradicionais, famílias que já estavam no Parque antes de sua criação".

Já sobre a rede elétrica, Adriano explicou que é possível a instalação na comunidade, porém não informou como está o andamento desse processo. "A instalação depende da demanda da CEMAR. Quando a CEMAR apresenta a demanda, encaminhamos o processo para o IBAMA com a autorização para o licenciamento ambiental. O IBAMA então realiza o processo de licenciamento por se tratar de unidade de conservação federal", destacou.

Conhecer as histórias e o dia a dia do povo nascido e criado em Ponta do Mangue, mostra que muitos anos antes da criação do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, já havia gente que convivia em harmonia com esse lugar e que cuidava com zelo para que o paraíso continuasse vivo. Afinal, como sempre ouvimos falar – inclusive pesquisas mostram isso -, as comunidades são as verdadeiras guardiãs desses paraísos.

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT

8 DE MARÇO

O florescer da primavera fem

Impulsionadas pelo desejo de "sair de casa", extrapolar o espaço dome
desenvolve a agroecologia, as agricultoras se uniram e reivi

CRISTIANE PASSOS E
VANÚBIA MARTINS*

Roselita Vitor Albuquerque e Giselda Beserra Lopes estão na luta há um bom tempo, e já passaram por seus momentos de superação da imposição do machismo em casa, com os companheiros, e também com os parceiros de movimento. Elas já passaram pela liderança comunitária, direção de sindicato e hoje são da direção do POLO Sindical da Borborema, que articula 16 sindicatos na microrregião da Borborema, Paraíba, reconstruindo o papel sindical na atenção às necessidades da agricultura, propondo uma discussão permanente dos afazeres para a construção de um território Agroecológico.

Roselita, ou simplesmente Rose, é Sindicalista, Assentada da Reforma Agrária (PA Corredor – Remígio - PB), uma camponesa que cuida do seu "arredor de casa". Tem três filhos e luta para manter viva na memória de todos e todas, a importância das mulheres na construção da justiça e da agroecologia. Giselda, camponesa do município de Remígio, mãe e sindicalista, planta alimentos e cuida da vida e dos sonhos de outras mulheres que lutam para construir autonomia e superar o machismo.

Dos sindicatos envolvidos no Polo Sindical num primeiro momento, apenas o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca possuía uma Comissão de Mulheres, já muito antiga. Segundo Rose e Giselda, "quando começamos a construir o projeto de agroecologia e avançar na articulação entre os sindicatos, a experiência mais forte que apareceu nos diag-

Foto: POLO

Giselda Bezerra durante mobilização

nósticos foi o de dar um espaço mais importante para as mulheres. Nunca visibilizadas, são elas que guardam um grande conhecimento de biodiversidade, a partir do que elas chamam de 'o arredor de casa'. Invisibilizado também no conjunto da propriedade, o 'arredor de casa' passa a ter uma grande importância para a construção da agroecologia. Até 2006, havia poucas mulheres nas reuniões e direção sindical. A partir de questionamentos da AS-PTA [Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa], que nos assessora na organização e construção do território agroecológico da Borborema, observamos que para a Agricultura Familiar o homem é o chefe, o provedor, mas, analisando as sistematizações era muito claro que as mulheres estavam lá, construindo soberania, então vimos que não dá para caminhar na agroecologia sem a participação efetiva das mulheres. Ainda no ano de 2006, foi elaborado um calendário para as mulheres e suas experiências, também foi criada a Comissão de saúde e alimentação, seguindo o modelo que o POLO já vinha trabalhando, o de comissões temáticas. Como a de Recursos Hídricos, Sementes, Criação Animal. A Comissão de saúde e alimentação é o espaço de discussão das mulheres, na produção de alimentos para a família e das plantas medicinais".

Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia

A participação das mulheres nas comissões da articulação sindical ajudou a dar mais visibilidade às experiências delas e a valorizar o seu papel na agricultura. "Não podemos esquecer que a politica de convivência com o Semiárido e os programas P1MC e P1+2, muito colaboraram para fortalecer a identidade das mulheres camponesas e sua autonomia no arredor de casa, com água mais perto ganha-se tempo para participar de espaços próprios das mulheres, iniciando com a Catequese Familiar – grupo de mulheres do município de Solânea, espaço de organização e multiplicação das plantas medicinais, por exemplo", disseram as agricultoras. As mulheres do agreste paraibano hoje estão nas feiras agroecológicas, partilham suas experiências em intercâmbios e encontros de agricultoras experimentadoras e são a maioria nas coordenações dos Fundos Rotativos Solidários (FRS), o que fortalece a sua organização e autonomia.

Foto: POLO

Roselita Vitor no Encontro de Juventude do Polo

Em 2008 nasceu a ideia de realizar uma Marcha das Mulheres, a partir de uma experiência do Polo em parceria com o Fórum de Assentados da Reforma Agrária do Brejo e o Serviço de Educação Popular (SEDUP). "Juntos realizamos um seminário onde se discutiu a situação das mulheres na agricultura familiar e as violências sofridas, e fizemos uma primeira caminhada, com 300 mulheres, no município de Remígio. No ano seguinte, 2009, o STR-Remígio realizou um seminário **'Pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia'** onde foram partilhadas experiências, realizadas visitas de intercâmbio e discutimos sobre a violência contra as mulheres juntamente a um estudo da Lei Maria da Penha. As mulheres que participaram estimularam a todos a irmos às ruas, daí surgiu a necessidade de continuar marchando pela vida das mulheres. O STR-Remígio decidiu então continuar as marchas e ao socializar com a Comissão de Saúde e Alimentação do POLO, todos os municípios decidiram participar. Nesta segunda caminhada a expectativa era de 600 mulheres, marchamos com 900, esse é para nós o marco de nascimento da **'Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia'**, explicaram as dirigentes sindicais.

"Fazíamos sistematização de experiências todos os anos, mas era necessário algo específico para as mulheres. Ainda éramos poucas nas direções dos sindicatos. O companheiro que levava o convite para os eventos de mulheres rasgavam no caminho de casa, nós descobrimos depois" disse Giselda. "Nossa estratégia naquele ano foi: cada mulher que estava nas reuniões comunitá-

- MULHERES

ninista no agreste paraibano

éstico, e com a consciência de que sem a participação feminina não se indicaram seu espaço de fala, de ação e de atuação política.

Foto: POLO

rias tinha a tarefa de trazer mais duas mulheres que nunca haviam saído de casa para a próxima reunião. Criamos momentos para discutir as violências sofridas no dia-a-dia, pois muitas mulheres, mesmo com lindas experiências sistematizadas, eram prisioneiras em casa. Não foi fácil, não é fácil, porém continuamos insistindo que não se pode fazer agroecologia sem as mulheres", completou.

"Passamos a fazer a preparação para a Marcha nas comunidades, nas comissões dos sindicatos e um Encontro Regional. O debate era feito com as mulheres, mas também com homens e mulheres juntos, principalmente os técnicos (maioria homens) que não enxergavam como importante o ´girau´ [horta suspensa feita com madeira onde se fazem os canteiros e mantêm as plantas medicinais a salvo dos animais domésticos] de plantas medicinais mantido com o reaproveitamento das águas, o pé de capim santo ou o pé de arruda que livra das dores e alivia o stress cotidiano", explicaram.

De acordo com Giselda e Rose, hoje é muito forte a participação das mulheres, mais ou menos 50% da direção dos sindicatos do Polo são de mulheres. Elas estão também nas tesourarias, lugar geralmente destinado aos homens. "Nosso lugar eram as secretarias ou a suplência. Mudamos muito, para além dos espaços de decisão e poder, as mulheres se autoafirmam como portadoras de experiências e saberes," enfatizou Rose. "Afinal o machismo não se encontra apenas nos espaços de poder, ele em si é uma construção de poder e está em casa, no sindicato, nas igrejas", finalizou.

"Importante para nós termos as mulheres se afirmando como as 'que trabalham' a propriedade e produzem alimentos, e deixando de repetir que 'só ajudam'. Estas afirmações fomentam outro modo de participação nos Sindicatos e nos Conselhos Municipais. Ainda temos muito que caminhar para uma postura mais positiva das mulheres, mas já é possível ver que mudou o olhar dos homens para elas. Nem coitadinhas, nem incapazes. Alguns pensam e refletem mais antes de falar algo que seja machista. Mas sabemos que dentro dos movimentos não é diferente da vida, os homens foram educados para mandar e acostumados a ser opressores, um espaço de igualdades nem sempre é muito bem vindo. Temos o exemplo de várias mulheres que ao se afirmarem como camponesas, experimentadoras, superar a submissão, tiveram que tomar a decisão de ficar só, afinal 'antes só do que mal acompanhada'. Isto só foi possível porque criamos um espaço de denúncias das violências nos Encontros, um espaço de escuta das mulheres nos sindicatos, para fortalecê-las e proteger suas vidas. Afinal a agroecologia é muito importante para fortalecer a articulação sindical, para fortalecer as mulheres a se assumirem como donas de suas vidas, transformando as relações sociais injustas, todas elas! Com esta articulação permanente, as mulheres do Polo estão no GT de Mulheres da ASA e da ANA, estão no Comitê do Território, estão na Marcha das Margaridas, no Fórum Estadual de Combate à Violência Contra a Mulher e no coletivo de mulheres da CUT", destacaram as dirigentes.

A Marcha, segundo elas, é um movimento vivo, permeado pelas experiências das vidas das mulheres camponesas. O propósito é comunicar os fazeres, proporcionar formação e fortalecer a identidade camponesa, além de denunciar as violências e afirmar a agroecologia, esta como sendo uma reparação das violências sofridas pelas mulheres com o machismo, e pela terra com o agronegócio e o uso de venenos. "As mulheres sindicalistas ajudam para que o Sindicato se torne um espaço que a represente. Ao ouvir uma camponesa dizer 'eu aprendi na reunião que a gente não tem que fazer tudo do jeito que ele quer... a gente pode ir comendo pelas beiradas... deixar as coisas mais fáceis pra nós...', se referindo ao local de onde vai ser construído o fogão ecológico que o marido quer determinar, significa que estamos no caminho para a construção de outra visão e outas relações entre homens e mulheres", concluíram Giselda e Rose.

Foto: POLO

A 8ª Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia será no dia 08 de março no Município de Alagoa Nova (PB), e será mais um dia de luta em que as bandeiras levantadas serão: as histórias de afirmação e superação das mulheres, denúncia do aumento da violência na região, como estupros nas estradas rurais e, principalmente, o retrocesso político e a perda de direitos previdenciários.

AS MULHERES VÃO PARAR NO 8 DE MARÇO! Esse é um chamado internacional de várias organizações e mulheres ao redor do mundo para que todas as mulheres façam greve geral no próximo 8 de março. "Por cada uma, por todas e pelas que não podem estar!" é o lema do movimento.

**Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT / Coordenadora da CPT Nordeste II.*

DIA MUNDIAL DA ÁGUA

“Águas para a vida, e não para a morte”

ELVIS MARQUES*

Foto: Coletivo Mídia Podecrer

Foto: Coletivo Mídia Podecrer

Neste mês, em 22 de março, é comemorado o Dia Mundial da Água. Entretanto, o povo tem substituído o verbo comemorar por lutar. Cada vez mais é preciso lutar e defender as águas como fonte de vida, e não motivo de conflitos. Foi o que aconteceu no dia 18 de janeiro em Fortaleza (CE). “Água para quem precisa!” foi o tema da Marcha Estadual da Água, que reuniu cerca de 600 pessoas do campo e da cidade. O ato foi promovido pelo Fórum Ceará do Clima.

A organização do evento, através de manifesto público, explicou que o estado do Ceará começou o ano de 2017 “em vias de colapso hídrico. Mesmo após as primeiras chuvas de dezembro e janeiro, o nível dos nossos açudes de médio e grande porte é o mais baixo já registrado, pouco mais de 6%”. Mas esse problema não é resultado apenas da seca prolongada na região e “muito menos a responsabilidade é da maioria da população”, explicaram os promotores da Marcha. “A principal razão disso foi o uso irresponsável, injusto e desigual da água, pois no Ceará as termelétricas, o agronegócio, a mineração, a carcinicultura, as indústrias e até grandes empreendimentos turísticos sempre receberam prioridade em detrimento da maioria do povo”, ressalta o manifesto.

Em artigo “A seca de seis anos”, Roberto Malvezzi, o Gogó, lembra que “nesses quase 40 anos de sertão é a primeira vez que ficou um ano sem cair chuva no telhado de casa. A última chuva foi em janeiro de 2016. No entorno da cidade, Juazeiro da Bahia, já choveu”. E segundo ele, o “problema básico não é que fica sem chover, mas chover muito menos”.

Ainda conforme Gogó, “os cientistas estão perplexos”, porque ano após ano o discurso é que teremos chuvas normais, até acima da média, mas elas não chegam. “Atribui-se sempre a razão ao fenômeno El Niño, que aquece as águas do Pacífico, elas caem abundantes no sul e sudeste do Brasil, mas não chegam ao coração do Semiárido”, diz ele.

A prioridade humana no abastecimento de água foi uma das bandeiras erguidas pelas pessoas que participaram da Marcha Estadual da Água. Não é difícil de entender o porquê dessa reivindicação. “Junte uma seca recorde de cinco anos, possivelmente associada com o aquecimento global, e uma política de recursos hídricos que só favoreceu as termelétricas e o agronegócio”, ressalta o Ceará no Clima.

E quando o assunto é as alterações do clima, Roberto Malvezzi afirma: “nós, que acompanhamos as mudanças climáticas, suspeitamos que elas já chegaram, para ficar, e a prevista diminuição das chuvas de 20 a 40% no Semiárido já está acontecendo”. Todavia, segundo ele, se essa situação climática fosse há 20 anos, o Nordeste já enfrentaria séria “tragédia social e humanitária”. O que mudou essa história, em sua perspectiva e de vários outros estudiosos, foi o “intenso trabalho da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), com seu paradigma de convivência com o Semiárido, captando a água de chuva de forma distribuída, com uma agroecologia adaptada ao ambiente, com a criação de pequenos animais mais resistentes ao clima”. Entretanto, segundo Gogó, o atual governo desconsidera essas conquistas, e “volta à lógica do combate à seca”.

Conflitos por água

No ano passado, o professor Marcus Vinicius de Oliveira e a militante Nilce de Souza Magalhães, a Nicinha, foram mortos em decorrência de conflitos relacionados à água. O contexto dos casos pode ser adverso, mas há, em sua essência, a relação com a água. São dois casos entre os muitos que constam na publicação Conflitos no Campo Brasil 2016, que será lançada em abril.

Nicinha era atingida pela Usina Hidrelétrica de Jirau, instalada no Rio Madeira, em Rondônia. Denunciava as violações de direitos humanos cometidas pelo consórcio responsável, a Energia Sustentável do Brasil. Desapareceu em janeiro de 2016 do acampamento em que morava com outras famílias. Seu corpo – amarrado a uma pedra e com as mãos e pés atados – foi encontrado nas águas do lago da usina em junho do ano passado.

Professor aposentado da UFBA e militante de direitos humanos, Marcus foi assassinado na comunidade Pirajuía, em Jaguaripe (BA). Investigações apontam que o crime está relacionado com conflito decorrente de empreendimento de carcinicultura (criação de camarões em viveiros) que deve impactar a área de mangue da comunidade.

Surto de febre amarela em MG

No fim de janeiro, de acordo com a Secretaria de Saúde do estado, já haviam sido confirmados 109 casos de febre amarela e pelo menos 40 mortes em Minas Gerais. Além disso, havia registro de 712 notificações de suspeitas da doença.

Mas qual a relação entre o surto da doença e a água? Em recente entrevista ao jornal Estadão, a pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Márcia Chame, afirmou que o aumento dos casos suspeitos de febre amarela em Minas Gerais pode estar relacionado à tragédia de Mariana, quando ocorreu o rompimento da barragem do Fundão – pertencente a Vale e BHP Billiton –, e mais de 60 milhões de m³ de lama intoxicada se espalhou pelo Rio Doce.

Em Nota, o MAB destaca que os atingidos pela Samarco têm enfrentado diversas doenças após o crime ambiental, como problemas de pele e respiratórios. “O caso mais evidente é na cidade de Barra Longa que registou mais de 400 casos de dengue em 2016 depois de registrar três casos nos três anos anteriores”, atesta o movimento.

“No passado, o ciclo de febre amarela era mantido na floresta. Com a degradação do meio ambiente, animais acabam também ficando mais próximos do homem, aumentando os riscos de contaminação”, afirma Márcia

Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT

ARTIGO

Até onde vamos chegar?

ANTÔNIO CANUTO*

Nos últimos dias de 2016 e nos primeiros de 2017, quase na surdina foram sendo destruídos e dilapidados direitos de povos indígenas e de comunidades camponesas, através de medidas provisórias e de nomeações de pessoas de perfil anti-indígena e anti-camponês.

MP 759

Após a extinção da Ouvidoria Agrária Nacional, em que apesar das suas múltiplas contradições e falhas ainda era um órgão ao qual se podia apelar em casos de conflitos e violências no campo, o governo Temer editou no dia 23 de dezembro a Medida Provisória, a MP 759, que altera termos das leis 8.629/93, 11.952/09 e 13.001/004. A medida deu um grande presente de Natal aos ruralistas da base de sustentação do seu governo. Pela legislação até então vigente, a terra desapropriada para fins de reforma agrária era paga em Títulos da Dívida Agrária, no período de 5 a 20 anos. A MP possibilita que o pagamento seja feito em dinheiro.

Outra mudança introduzida pela MP é em relação à identificação e escolha das famílias que serão beneficiadas pelos programas de Reforma Agrária, cuja competência passa a ser dos municípios. Com isto se restringe a capacidade de ação dos movimentos dos sem terra. Segundo Patrus Ananias, que foi ministro do MDA no segundo mandato da presidenta Dilma, "a Constituição Federal com sabedoria dava à União a exclusividade na reorganização fundiária do território. Com isso restringia o poder dos oligarcas rurais locais, que comumente controlam também o poder político. A medida abre a possibilidade de desfazer, por regulamentos, o que era previsto".

Outro ponto grave desta MP é em relação às terras da Amazônia. A MP, ainda segundo Patrus Ananias "descaracteriza, amplia e perpetua o Programa Terra Legal". O programa previa em 10 anos separar agricultores familiares – "e por isso deveriam ter as terras regularizadas" - dos grileiros e desmatadores, "cujas terras deveriam ser retomadas para o patrimônio público". "A nova medida acaba com essa separação. O que se pretende agora não é a retomada dessas áreas para a reforma agrária, mas a alienação para aqueles que as pilharam de nós", diz Ananias. No entendimento de Paulo Barreto, pesquisador do Imazon, "a medida torna ainda mais vantajosa a grilagem de terras públicas da Amazônia".

Nomeações polêmicas

A nomeação de pessoas, para cargos estratégicos na Funai e no Incra, cujo perfil é nitidamente anti direitos humanos mostra com clareza que o que se pretende não é a defesa dos direitos dos indígenas e dos camponeses.

Para a diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento do Incra, Temer nomeou Clovis Cardoso, presidente do PMDB no Mato Grosso, envolvido em escândalos de grilagem de terra e denunciado pelo MPF.

Os cargos de Presidente e de Diretor de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável da Funai foram entregues ao PSC, partido que, segundo a APIB, "é parte do batalhão de parlamentares que perseguem suprimir os direitos constitucionais dos povos indígenas, trata-se de um partido anti-indígena". A figura proeminente do partido é Jair Bolsonaro, defensor de torturadores do regime militar.

Para a presidência foi escolhido o dentista e pastor da igreja batista Antônio Toninho Costa, assessor parlamentar do PSC, que trabalhou na Secretaria de Saúde Indígena da Funai.

O PSC ainda emplacou o general do exército Franklimberg Ribeiro de Freitas, também evangélico, como novo Diretor de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável. Uma diretoria estratégica, pois é onde se definem investimentos, onde se operam licenciamentos ambientais e se discutem temas como mineração em terras indígenas.

Estas nomeações têm o claro objetivo de acelerar o licenciamento ambiental de obras que afetam terras indígenas, como registrou matéria do site Amazônia Real de 12/01: "O nome de Antônio Toninho Costa foi anunciado pelo Ministério da Justiça menos de 24 horas após o presidente da República Michel Temer exigir do ministro Alexandre de Moraes, que resolvesse a questão da Funai durante a reunião que discutiu a retomada do crescimento econômico nesta quarta-feira (11), em Brasília. Na reunião, Temer foi comunicado que haviam obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) inacabadas ou paralisadas por causa da demarcação de terras indígenas".

Foto: Latuf

Este caráter anti-indígena das nomeações se repete, sobretudo, em estados onde conflitos são mais acentuados. Para a coordenação regional da Funai em Mato Grosso do Sul foi nomeado um assessor do deputado Carlos Marun (PMDB/MS), parlamentar abertamente anti-indígena, que integra a bancada ruralista e é contra as demarcações das terras indígenas. Os servidores da Funai em Campo Grande divulgaram uma carta aberta contra "interferências político-partidárias" nos cargos de chefia da fundação.

E continuam os ataques aos direitos indígenas

Em 14 de janeiro o ministro da Justiça, Alexandre Morais, baixou a portaria de número 68, alterando os procedimentos para reconhecimento e demarcação de terras indígenas, criando um grupo de trabalho encarregado de avaliar os processos de demarcação destas terras. Diante da imediata e forte reação de indígenas, juristas e até do Ministério Público contra as flagrantes ilegalidades da portaria, o ministro a revogou, mas em seu lugar baixou uma nova de nº 80, que praticamente mantem o mesmo objetivo já que o grupo de trabalho foi mantido. A APIB em nota afirma que "o governo baixa uma portaria para emperrar ou inviabilizar a demarcação das terras indígenas em favor dos invasores desses territórios".

O conhecido jurista Dalmo de Abreu Dallari, em artigo em que analisa os desvios jurídicos da portaria, diz: "O Ministro da Justiça deverá comprovar sua capacidade de resistir às pressões dos poderosos que desprezam a Constituição e os Direitos Humanos". Segundo Dallari, se o ministro quiser preservar sua imagem de jurista e comprovar seu compromisso com o direito e a Justiça, ele deverá pura e simplesmente revogar a atual portaria.

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.

CAMPANHA DA FRATERNIDADE

O Brasil das Origens e o Brasil de Hoje

ROBERTO MALVEZZI*

Imaginemos o Brasil de 500 anos atrás. Imaginem os portugueses, há 500 anos, chegando à costa brasileira, na região de Porto Seguro, sul da Bahia. Estavam diante de um mundo completamente diferente daquele que conheciam.

Esse primeiro impacto ficou gravado na carta que Pero Vaz de Caminha enviou ao rei de Portugal, contando o que estavam vendo. Seu relato começa falando das pessoas que encontraram naquela região: "Eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Nas mãos traziam arcos com suas setas. Vinham todos rijos sobre o batel; e Nicolau Coelho lhes fez sinal que pousassem os arcos. E eles os pousaram (Caminha, 1500)".

As pessoas encontradas pelos portugueses eram diferentes no seu modo de ser, de vestir – não tinham roupas – usavam arcos e flechas, mas foram absolutamente amistosos com os visitantes, sem nenhum sinal de agressividade. A um sinal, abaixaram seus arcos.

Então, um dos propósitos dessa Campanha da Fraternidade de 2017 é nos perguntarmos: o que foi feito dos povos originários que habitavam essa terra? Quantos ainda existem? Em que condições eles ainda sobrevivem? Afinal, a questão indígena do Brasil é algo do passado, ou uma questão que começa no passado, atravessa nossa história, está presente nos dias de hoje e ainda se projeta para o futuro? Como estão os descendentes de índios e negros?

A Natureza

O espanto não ficou apenas na contemplação das pessoas. Também foi um choque a visão da natureza. Aquelas águas, árvores, pássaros produziam um encanto indisfarçável. "Andamos por aí vendo a ribeira, a qual é de muita água e muito boa. Ao longo dela há muitas palmas, não muito altas, em que há muito bons palmitos. Colhemos e comemos deles muitos... Esta terra, Senhor, me parece que da ponta que mais contra o sul vimos até à outra ponta que contra o norte vem, de que nós deste porto houvemos vista, será tamanha que haverá nela bem vinte ou vinte e cinco léguas por costa. Tem, ao longo do mar, nalgumas partes, grandes barreiras, delas vermelhas, delas brancas; e a terra por cima toda chã e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta, é toda praia parma, muito chã e muito formosa. (Ibidem)".

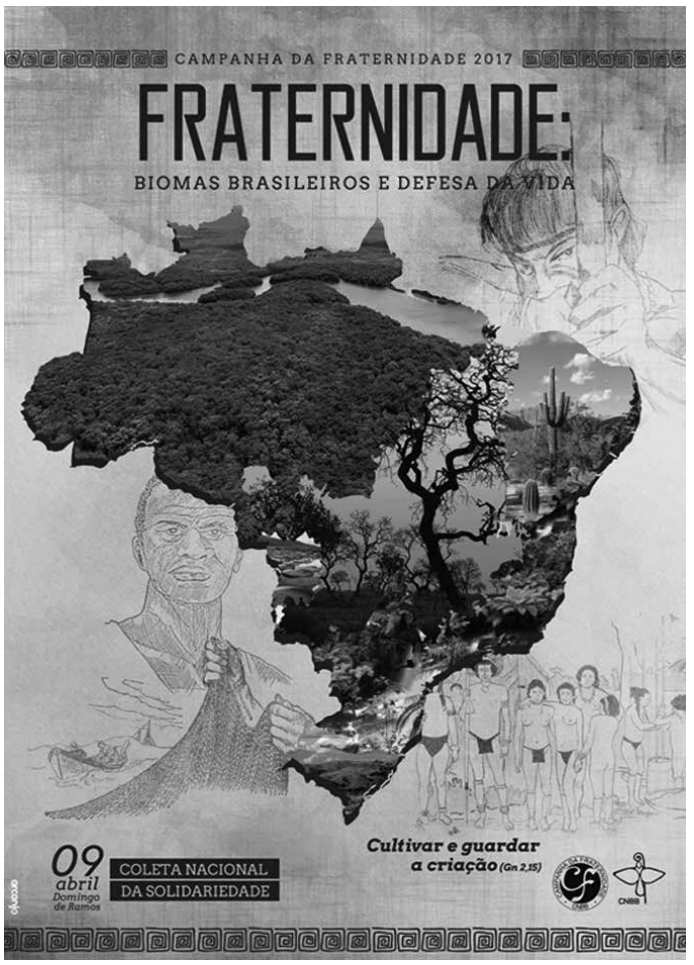
O impacto maior, entretanto, será sempre a referência às águas: "Águas são muitas; infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem (Ibidem)".

Estamos em pleno século XXI. Hoje a humanidade pode se colocar criticamente diante do modelo de civilização, particularmente da chamada "civilização ocidental" e se perguntar se realmente "cuida e cultiva" (Gen 2,15) os bens que Deus nos deu, ou se os destroi por um processo econômico predador.

Porém, essa Campanha nos pede que olhemos a vida que está em nosso território de uma forma orgânica, interligada, ou seja, com nossos olhos iluminados pelos biomas brasileiros. A palavra não é fácil para quem não está acostumado a estudá-los, mas quando olharmos para nossos biomas, veremos que estamos mais próximos deles do que imaginamos.

Os Biomas brasileiros

Nós temos seis biomas: Mata Atlântica, Caatinga, Cerrado, Amazônia, Pantanal e Pampa. Para muitos cientistas e movimentos sociais, a costa brasileira deveria ser considerada como um sétimo bioma. Mas, no contexto dessa Campanha da Fraternidade ela é parte da Mata Atlântica.



Mas, o que quer dizer bioma? A expressão bioma vem de "bio", quem em grego quer dizer "vida" e "oma", sufixo também grego que quer dizer "massa, grupo ou estrutura de vida" (BIOMA, Etimologias.Dechile.Net). Dessa mesma matriz vem "biologia" que quer dizer "estudo da vida".

Então, quando se ajuntam muitas formas de vida parecidas num mesmo e vasto espaço, tanto vegetal quanto animal, uma dependente da outra, de forma contínua, com uma história semelhante, um clima semelhante, então temos um bioma. (MALVEZZI, 2007)

Cientificamente bioma é definido como: "um conjunto de vida (animal e vegetal) constituído pelo agrupamento de tipos de vegetação contíguos e identificáveis em escala regional, com condições geoclimáticas similares e história compartilhada de mudanças, o que resulta em uma diversidade biológica própria". (IBGE, 2004)

Então, quem já andou pelo Brasil, vê claramente que a natureza do Pampa é diferente da Caatinga, assim como essa é diferente da Amazônia, como essa é diferente do Cerrado ou do Pantanal. A vegetação, os animais, o relevo, o clima, formam um conjunto que os torna diferentes.

Ainda estão entre nós nações indígenas, comunidades quilombolas, comunidades tradicionais, além de nossa imensa população urbana que ocupa, vive e impacta esses biomas. Passamos a ter problemas de clima, de água, de poluição nas cidades, de enchentes, secas severas e nos perguntamos onde vamos parar com tantos problemas.

Então, sempre nesse espírito quaresmal de conversão ecológica, somos desafiados a contemplar nossos biomas, seus potenciais e serviços ambientais, os problemas que afetam cada um deles e nos comprometermos com sua conservação e revitalização.

BIBLIOGRAFIA:

CAMINHA, Pero Vaz de. Carta ao Rei de Portugal. < http://www.memorialdodescobrimento.com.br/lingua_portuguesa/carta-de-pero-vaz-de-caminha-ao-rei-de-portugal/> Acesso em: 07/06/2016.

BIOMA, Etimologia de. Bioma. < http://etimologias.dechile.net/?bioma >. Acesso em: 20/06/2016.

CNBB. Desafio Missionário – Documentos da Igreja na Amazônia. Brasília, Edições CNBB, 2014.

MALVEZZI, Roberto. SEMI-ÁRIDO: Uma Visão Holística. Brasília: CREA/CONFEA, 2007.

*Agente da CPT Bahia.

2017 começa com onda de assassinatos na América Latina

Segundo dados da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) foram 14 assassinatos nesse início de ano.

Foram 7 assassinatos na Colômbia, 2 na Guatemala, 2 no México e 3 na Nicarágua. De acordo com a CIDH, "há um aumento devastador da violência contra aquelas pessoas que se opõem a projetos de extração ou de desenvolvimento, ou que defendem o direito à terra e aos recursos naturais dos povos indígenas na região".

A Colômbia é o país que desperta mais preocupação. Desde a assinatura do acordo de paz entre o governo do país e as Farc's, em setembro do ano passado, 40 militantes sociais foram mortos. Isso significa um líder social morto a cada três dias. Há rumores de que grupos paramilitares de extrema direita estejam atuando no país, tendo como alvo principalmente os defensores de direitos humanos.

No México, foram assassinados neste ano dois ambientalistas, Isidro Baldenegro e Juan Ontiveros. Eles defendiam os direitos do povo rarámuri, ao qual pertenciam. Os crimes ocorreram no estado de Chihuahua, em um intervalo de duas semanas. Baldenegro era um reconhecido ativista e havia recebido o prêmio Goldman. Ele é o segundo ambientalista vencedor do prêmio assassinado em menos de um ano: também o havia recebido a ambientalista hondurenha Berta Cáceres, assassinada em março de 2016.

Já na Guatemala, a ambientalista Laura Leonor Vásquez Pineda foi morta com um tiro na cabeça, em 16 de janeiro, em Jalapa. Ela se opunha ao projeto de mineração San Rafael. A Iniciativa Mesoamericana (IM) de Mulheres Defensoras dos Direitos Humanos repudiou e condenou o assassinato de Laura que ocorreu, segundo a organização, "após ela ter passado por um processo de criminalização, acompanhado de campanhas de estigmatização e de difamação".

Foto: DW

No Equador indígenas Shuar são expulsos para dar lugar a Mina chinesa

A Rede Eclesial Panamazônica (REPAM) denunciou no início de janeiro que na província de Morona Santiago, indígenas e agricultores da comunidade Nankints estariam sendo expulsos de seus territórios em favor dos interesses da empresa de mineração chinesa ECUACORRIENTES S.A. De acordo com a Repam, o que está acontecendo está relacionado com "a política de superexploração dos bens naturais, que foi imposta na região amazônica com a concessão de direitos a grupos privados, vulnerabilizando gravemente os direitos humanos e a proteção dos ecossistemas".

A declaração continua: "Entendemos a vocação para o desenvolvimento social das mulheres e dos homens do Equador, mas a saída não pode se limitar a continuar extraindo os recursos naturais nos espaços mais frágeis e vulneráveis, porque a pobreza que se quer combater momentaneamente chegará igualmente e de forma mais dramática para esses territórios".

Reunião dos movimentos sociais e forças políticas "para a paz, unidade e integração de Nossa América" é realizada na República Dominicana

Entre os dias 23 e 24 de janeiro foi realizada em Santo Domingo, República Dominicana, a Reunião dos Movimentos Sociais e Forças Políticas "para a paz, unidade e integração de Nossa América". A reunião foi realizada antes da V Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade de América Latina e Caribe – CELAC, para levantar e debater temas pertinentes à região, e encaminhar o fruto dessas discussões para os representantes políticos que se fariam presentes na Cúpula.

O documento elaborado destaca que o "CELAC representa um raio de esperança para os países da América Latina e do Caribe, que devem coordenar esforços para combater conjuntamente os grandes males que nos afligem, como: a pobreza, a fome, o desemprego, a falta de acesso aos serviços de saúde, educação e habitação decente, desigualdade de gênero e violência contra meninas e mulheres, a violação dos direitos mais elementares, guerra cultural e meios de comunicação, a insegurança, o flagelo das drogas, políticas neoliberais, as ações ilegais e predadores das corporações multinacionais, destruição ambiental, o intercâmbio desigual e as barreiras à comunicação contra-hegemônica, entre outros males".

Foto: Via Campesina

Os movimentos sociais latino-americanos presentes na reunião destacaram a importância da união deles, principalmente nesse momento de reacenso da extrema direita em várias partes do mundo, especialmente nos EUA. "Isso se torna ainda mais essencial quando a ofensiva da direita no continente e a recente ascensão do presidente dos Estados Unidos, aumenta o risco de que, com o seu tom hegemônico, misógino, pregações racistas, xenófobas e imperialistas, multiplique e implemente ameaças características e agressivas da velha política do big stick e o intervencionismo, que têm causado muitas tragédias ao nosso povo ao longo da história.

El Salvador: Primeiro Fórum Internacional de Mulheres da Via Campesina

No dia 13 de fevereiro, foi realizado em El Salvador o Primeiro Fórum Internacional de Mulheres da Via Campesina. O evento teve como objetivo analisar o trabalho realizado da Articulação de Mulheres em diferentes níveis: local, nacional e internacionalmente. Ele também foi um espaço para planejar e organizar o que será a V Assembleia de Mulheres Rurais, durante a VII Conferência da Via Campesina, a ser realizada em julho, no País Basco. Mulheres de diferentes países do mundo se encontraram em San Salvador, El Salvador, animadas pelo lema "Pelo direito à terra e à igualdade econômica, Mulheres em Luta". Entre os temas abordados estavam: a reivindicação do direito das mulheres à terra; a luta contra a criminalização das mulheres para a defesa da terra e dos recursos naturais; o respeito pelo corpo como um território; a visibilidade da contribuição das mulheres na economia familiar; o feminicídio, entre outros. A troca de experiências de mulheres de países como Índia, Canadá, Espanha, América Latina, Ásia e África, ajudou a fortalecer as propostas da Via Campesina para resolver alguns desses problemas.

PÁGINA BÍBLICA

O Caminho da Solidariedade e da Justiça

SANDRO GALLAZZI*

Com Sandro Gallazzi começamos a entender o Projeto de Jesus. Um projeto que se concretiza na sua prática e que vai incomodar o sistema. Para Jesus o centro de tudo é o pobre, o oprimido.

Na edição passada vimos que o pobre, o oprimido, o doente, tem prioridade absoluta, acima de qualquer lei. Por isso ele chega a afrontar a lei curando em dia de sábado, pois o sábado foi feito para o homem, não o homem para o sábado. E coloca como exemplo a seguir, o samaritano que socorre o homem caído à beira da estrada, ferido por asaltantes.

Vamos continuar mergulhando no projeto de Jesus.

A lição dos Pães: o caminho da SOLIDARIEDADE (Mc 6,34-56; Mt 14,13-33; Lc 9,10-17; Jn 6,1-21)

O Evangelho nunca usa a palavra "multiplicação". Só o título. Mas o título não foi escrito pelo evangelista. Quando Jesus viu o povo, diz Marcos que teve compaixão. Por que teve compaixão? Porque eram como ovelhas sem pastor. A primeira preocupação de Jesus não é a fome do povo, porque a fome é uma consequência, não uma causa. A primeira preocupação é que o povo é como ovelhas sem pastor: disperso, dividido, desorganizado, sem rumo. Isso preocupa Jesus; por isso há fome, há dominação.

São os apóstolos os que se preocupam com a fome. Eles dizem: "Eles têm fome". Mas diante da fome eles só conhecem a proposta do sistema romano, do sistema grego do mercado: "que vão comprar". Jesus lhes diz: "deem vocês de comer". Para dar de comer é preciso antes comprar. Precisam de 200 denários para comprar pão para tanta gente.

Um denário era o preço de um dia de trabalho; 200 denários são 200 jornadas de trabalho. É muito dinheiro. Se for para dar, somente quem é rico o pode fazer, quem tem os 200 denários. Jesus os provoca: o que vocês têm aí? Vão abrir o bolso: cinco pães e dois peixes. Marcos diz: "então Jesus ordenou". O mandamento que sai da boca de Jesus não é o de distribuir o pão. Ainda não. Ele sabe que o povo precisa encontrar sua identidade de povo.

O que Jesus manda no primeiro momento é que façam o povo sentar em grupos. Grupos de 50, grupos de 100… lembra a lição do sogro de Moisés. Um povo organizado, capaz de resolver seus problemas. E de repente o deserto passa a ser uma terra prometida: Jardins de flores (claro só no texto grego), capim verde, gente reclinada comendo um banquete…

Daí sai o pão, de nosso bolso. O Evangelho não usa a palavra multiplicar. Não sabemos o que aconteceu realmente naquela tarde. Creio que algo muito grande, porque os quatro Evangelistas o registram nos seus Evangelhos.

Mas sabemos porque este sinal ficou: partilhar, distribuir, dar. Estes são os verbos usados por Marcos. Isso todos os pobres o sabem fazer. É o contrário da lógica do mercado romano, a lógica do comprar e vender. Ao partilhar todos comem até fartar-se. Como aconteceu com Elias, todos comem abundantemente; e até ficam sobras, excedentes.

O excedente de quem é? É do sistema opressor que o vai concentrar

no armazém. O excedente é recolhido em doze cestos. Doze é o número das tribos de Israel, do novo povo, dos apóstolos. O excedente é do povo, não do armazém, do imperador. Está é a lição dos pães. Tão importante que se nós não a compreendermos, sempre teremos medo do mar, o que é pior, nossa fé em Jesus será a fé num fantasma, uma ideia, uma teologia e não a fé na presença de Javé que salva.

Este é o sinal que Jesus nos deixou para celebrar por todas as gerações, sua MEMÓRIA: pão partilhado é ele, Jesus, que continua vivo entre nós.

Entre vocês não deve ser assim: O caminho da JUSTIÇA (Mc 10,35-45; Mt 20,20-28; Lc 22,24-30; Jn 13,1-20)

Não só a lógica econômica é diferente da lógica do mercado. Também a lógica política é diferente da do palácio.

DAR x VENDER e COMPRAR SERVIR x DOMINAR.

Jesus não quer reinar como reinam os imperadores do mundo. Ele tem um projeto alternativo baseado na capacidade de dar a vida e de pôr-se a serviço dos irmãos. Nossa casa é diferente. Deve ser diferente! Por isso volta a gritar a antiga palavra de ordem profética que o templo buscou fazer esquecer: "PRATICAR A JUSTIÇA".

"Há que se buscar em primeiro lugar, o Reino de Deus e sua Justiça e o resto é presente de Deus". O caminho da justiça é retomado por Jesus de maneira clara e decidida contra todos os responsáveis pelo sofrimento do povo. A crítica de Jesus é clara e forte contra todas as instâncias que oprimem o pobre porque se o centro é o pobre é necessário denunciar tudo o que oprime o pobre.

Então ao templo Jesus dirá: "não ficará pedra sobre pedra" e aos sacerdotes afirma que Deus retira deles o controle de sua vinha e que ladrões e prostitutas têm mais fé que eles. Ao rico, dono do armazém, o chamará de burro, nécio, insensato; e proclama que é mais fácil que um camelo passe pelo buraco de uma agulha, do que um rico entrar no reino de Deus. Depois os exegetas descobrem que camelo era também o nome de um tipo de corda, que agulha era uma porta de Jerusalém… Transformando camelo em corda e agulha em porta. Passa fácil. Não senhor, era camelo e agulha realmente. Não passa!

É uma pena que nossas igrejas, faz dois mil anos, estejam empurrando o camelo para ver se passa. Não passa! Só se for por milagre de Deus.

**Assessor da CPT*

EXPERIÊNCIA

O pampa ameaçado - mas há sinais de resistência e esperança!

Foto: Arquivo CPT/RS

MAURÍCIO QUEIROZ *

O Bioma Pampa abrange mais da metade do território gaúcho e encontra-se fortemente ameaçado. Estas ameaças vão desde projetos de monocultivos de árvores exóticas, principalmente de eucalipto em larga escala para a indústria de celulose, mas também sofre com a concentração de terras nas mãos de fazendeiros e empresas multinacionais. A CPT há anos atua na região fortalecendo a luta do povo por resistência, vejamos alguns sinais de esperança e resistência.

É fundamental dizermos que é na região do Pampa onde se encontra a maioria dos latifúndios do Rio Grande do Sul e é também no Pampa onde há a grande maioria dos Assentamentos de Reforma Agrária organizados pelo MST, importantes alternativas de resistência a esta cruel concentração de terra nas mãos de poucos, que aos poucos vão se consolidando. Também é nos assentamentos na região de Porto Alegre que são produzidos mais de 450 mil sacos de arroz orgânico e é bem no coração do Pampa Gaúcho, que fica uma das mais importantes e significativas experiências de produção de sementes ecológicas que existe a Bionatur, cooperativa de famílias assentadas de produção de sementes de hortaliças, localizada no Assentamento Roça Nova, município de Candiota, local onde já aconteceu uma Romaria da Terra.

Mas a CPT do RS queria dar destaque a uma experiência que não parece ser grande, mas é extraordinária e muito significativa:

Jovens da roça e agroecologia

Desde 2010 a CPT desenvolve um importante trabalho com jovens da roça no município de Dom Feliciano, diocese de Santa Cruz do Sul. Trabalho este realizado através da Escola de Jovens Rurais, que incentiva a agroecologia, a luta pela permanência dos jovens na roça com dignidade e o trabalho em grupos.

Dom Feliciano é um município pequeno e a base de sua economia é agricultura, basicamente agricultura de economia familiar, e a monocultura do fumo é a cultura economicamente mais cultivada, tanto é que a maioria dos pequenos agricultores e agricultoras é dependente deste cultivo e encontra dificuldades em sair. No trabalho com os jovens se incentiva a diversidade de cultivos, a agroecologia e a luta.

Foto: Arquivo CPT/RS

A Escola de Jovens Rurais (EJR) é um projeto alternativo de educação da Diocese de Santa Cruz do Sul, que existe há 25 anos e é coordenado pela CPT, e no município de Dom Feliciano tem uma turma de 60 jovens que participaram e continuam participando, realizando a formação sobre agroecologia na teoria e na prática, com desenvolvimento de algumas experiências, entre elas a produção de hortaliças ecológicas e o resgate das sementes crioulas.

O Resgate das Sementes Crioulas começou a ser desenvolvido no município por influência dos jovens participantes da Escola de Jovens Rurais, que começaram a fazer um trabalho de resgate e pesquisa com seus familiares e agricultores e agricultoras nas comunidades do município. Graças a este trabalho mais de 100 famílias resgataram e recuperaram sementes crioulas que começaram a produzir, com isso tendo mais autonomia e uma alimentação mais diversificada, além de visualizar outras alternativas de renda para além da dependência do fumo.

A Horta Ecológica teve início na comunidade de Barra do Arroio Grande, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora de Fátima, onde os jovens organizaram a horta com apoio de professores e pais, inclusive um dos pais emprestou a área. A produção começou a ser desenvolvida pelos alunos com apoio da Professora Sirlei da Silva Nunes e assessoria da CPT Diocesana, que mensalmente realizava o acompanhamento. A experiência deu tão certo que a horta saiu da escola e foi para as famílias e outras escolas do município, despertando, inclusive, o interesse de várias famílias camponesas em diversificar os cultivos e apostar na produção de hortaliças no município, e a não depender mais somente do fumo.

Foto: Arquivo CPT/RS

Quando jovens da roça se reúnem e estudam em grupos, é o maior sinal de esperança e resistência que o nosso povo e seu pampa ameaçado pode ter. A experiência está em andamento e para 2017 a perspectiva é de avançar no trabalho com jovens no município de Dom Feliciano e região.

A conclusão - Vale a pena apostar nos jovens, a transformação do mundo passa pelas mãos da juventude!

*Coordenação da CPT-RS

Cultura

Xingu, O Clamor Que Vem da Floresta (Samba-Enredo Imperatriz Leopoldinense 2017)

Brilhou a coroa na luz do luar!
Nos troncos a eternidade a reza e a magia do pajé!
Na aldeia com flautas e maracás
Kuarup é festa, louvor em rituais
Na floresta, harmonia, a vida a brotar
Sinfonia de cores e cantos no ar
O paraíso fez aqui o seu lugar
Jardim sagrado, o caraíba descobriu
Sangra o coração do meu Brasil
O belo monstro rouba as terras dos seus filhos
Devora as matas e seca os rios
Tanta riqueza que a cobiça destruiu!

Sou o filho esquecido do mundo
Minha cor é vermelha de dor
O meu canto é bravo e forte
Mas é hino de paz e amor!

Sou guerreiro imortal derradeiro
Deste chão o senhor verdadeiro
Semente eu sou a primeira
Da pura alma brasileira!

Jamais se curvar, lutar e aprender
Escuta menino, Raoni ensinou
Liberdade é o nosso destino
Memória sagrada, razão de viver
Andar onde ninguém andou
Chegar aonde ninguém chegou
Lembrar a coragem e o amor dos irmãos
E outros heróis guardiões
Aventuras de fé e paixão
O sonho de integrar uma nação

Kararaô, Kararaô, o índio luta por sua terra
Da Imperatriz vem o seu grito de guerra!

Salve o verde do Xingu, a esperança
A semente do amanhã, herança
O clamor da natureza a nossa voz vai ecoar
Preservar!

Assine ou renove sua assinatura

Nome: _____

Endereço: _____

Exemplares: _____

Assinatura anual:

☐ Brasil ..... R$ 10,00
☐ Para o exterior ..... US$ 20,00

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1. Informações: cpt@cptnacional.org.br

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1º Andar, Centro.
CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás

CORREIOS
Mala Direta Postal Básica
9912277124-DR/GO
COM. PAST. DA TERRA

IMPRESSO **VIA AÉREA**